

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR DE PRIMEIRO CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CONTEXTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NEOLIBERAIS

Jonny Mendes de Araujo¹; Sara Cristina Marques²; Camila Alves dos Santos³; Ivana Martini⁴

Estudante do Curso de Pedagogia; e-mail: jonnymendes@bol.com.br¹

Estudante do Curso de Pedagogia Colaboradora; e-mail: saracmarques@hotmail.com²

Estudante do Curso de Pedagogia Colaboradora; e-mail: balikae@hotmail.com³

Professora da Universidade de Mogi de Cruzes; e-mail: ivanamartini@umc.com⁴

Área do conhecimento: Educação

Palavras-chave: Neoliberalismo; Trabalho docente; Educação; Mercado; Responsabilização

INTRODUÇÃO

No referente trabalho de pesquisa busca – se verificar a que condição de trabalho o professor de primeiro ciclo do Ensino Fundamental está inserido a partir da análise da legislação que norteia a Educação brasileira considerando o contexto da década de noventa e do começo dos anos dois mil o que abrange os dez anos da Lei n.º9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN e a Lei 9424/96 Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, onde o sistema político e econômico capitalista passa pela fase neoliberal com aspecto informacional como escreve Castells (1999), sendo a capacidade qualitativa de desenvolver produção com base na informação e conhecimento. A partir daí com análise baseada nas características neoliberais verificar se essas permeiam a legislação educacional e qual a condição enfrentada pelo professor a partir desta.

OBJETIVOS

Verificar o impacto das políticas educacionais nas condições de trabalho do professorado do primeiro ciclo do ensino fundamental.

Discutir os conteúdos dos programas de financiamento educacional.

Relacionar os documentos analisados com as possíveis bases neoliberais.

METODOLOGIA

A pesquisa é bibliográfica usando o método de análise de conteúdo, com bases em Gil (2007) e Franco (2001). Escolhida a base teórica passou – se a identificar qual a principal legislação educacional brasileira, ou seja, aquela que direciona toda e qualquer outra lei educacional (bibliografia). Foram consideradas aí a lei n.º 9394/96 e a lei n.º 9424/96 por terem sido implantadas no período de abertura da economia brasileira para o sistema neoliberal. Com isso passou – se analisar o conteúdo dessas leis para verificar quais características neoliberais as permeiam. Para isso foram estabelecidas categorias de análise a partir dos aspectos do ideário neoliberal: relação ensino trabalho; mercantilização do ensino; privatização e terceirização do ensino público e responsabilização e culpabilização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o início da década de 90 verificamos a entrada do mercado capitalista em sua fase neoliberal de forma mais completa no Brasil. Isso caracterizada pela eleição de representantes da social democracia para o governo em esfera federal e estadual e a conseqüente entrada de empresas multinacionais ora com suas próprias instalações e capital, ora com a compra de empresas estatais privatizadas a partir de metade da década 90 como forma de “otimização” do Estado brasileiro bem como o de enfraquecimento do mesmo confirmado por Santos (2004) que discorre que isso caracteriza o ajuste estrutural onde a criação do Estado mínimo exige reformas em que repassem para o setor privado encargos e compromissos até então assumidos pelo poder público (p.1146). Sendo a privatização e Estado mínimo aspectos fundamentais do sistema neoliberal somados a valorização do individualismo e qualidade total caracterizamos a pesquisa a partir das categorias: relação ensino trabalho – essa categoria refere – se ao caráter dado à educação como preparadora para o trabalho, mas não trabalho como transformador do indivíduo, mas o trabalho alienado; mercantilização do ensino – refere – se as características do mercado que são inseridas no âmbito educacional com a transferência o método administrativo neoliberal iniciado com as privatizações de instituições financeiras, e colocada na educação como terceirização de serviços e descentralização dos recursos passando a responsabilidade para os gestores da escolas; o controle de qualidade total toyotista oriundo das fábricas japonesas impondo metas e objetivos fabris aos educadores. Com isso chegamos à outra categoria a responsabilização e culpabilização do professor, ou seja, a partir do momento que as unidades escolares passam a funcionar com os métodos de mercado o fracasso escolar passa a ser não só do sistema escola e sim do professor, pois a esse é colocadas maiores responsabilidades inclusive as que não são de sua responsabilidade. Com isso verificamos condições de trabalho com maiores dificuldades para o docente do primeiro ciclo que passa a ser responsável não só pela transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados, mas também o de preparar para o trabalho e cumprir com situações assistencialistas.

CONCLUSÕES

Concluimos que os objetivos foram alcançados, pois tomados como referências à bibliografia proposta e o tipo de análise chegamos a verificar as condições de trabalho do professor de primeiro ciclo do Ensino Fundamental no contexto de políticas públicas neoliberais. Onde esta é caracterizada na década de 90 pelo sistema neoliberal tornando a educação num produto de mercado e o docente num operário produtor desse produto, mas de forma alienada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. III: O fim do milênio. .Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.p.82-98.

FRANCO, Maria Laura P. B. Análise de conteúdo. São Paulo: 2001.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de Pesquisa Social. 5^a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Lucíola Licino de C. P. Formação de professores na cultura de desempenho. Educ. Soc., Campinas, Vol. 25, n. 89, p.1145 – 1157, Set./Dez. 2004.